WWW. JORNALOFUTURO.COM.BR

NOVEMBRO DE 2026 | ANO 3 | Nº 27

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO – PCBR

CONSTRUIR A OPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES AO GOVERNO CONCILIADOR



Ato em Curitiba/PR. Foto: Matheus Camargo Wille/@all.aboutmath_041

Em meio à luta contra o bolsonarismo, se colocava aos trabalhadores a necessidade premente de construção de uma frente única de confrontação à extrema-direita, que arrastasse, no imediato, abstenções e o processo de "viragem" de votos nulos/brancos na disputa eleitoral, mas com as nítidas limitações políticas e organizativas não superadas e que seguirão se colocando aos trabalhadores.

Parte significativa da virada no segundo turno decorreu da redução drástica nas abstenções frente ao primeiro turno, com quase 3 milhões a mais de eleitores. Isso implica que uma parcela considerável dos eleitores correram às urnas não por confiança no atual governo, mas pela rejeição consciente à política de ofensiva burguesa autoritária de Bolsonaro, que implicaria no "tesouraço" de direitos sociais, no aumento da repressão policial e na implementação do "trabalho por hora".

Porém, apesar de derrotarmos estes projetos pela maioria nas urnas, a ameaça que representam não desaparece com a derrota eleitoral da extrema-direita. A pressão por cortes e austeridade fiscal faz parte de uma ofensiva global do capitalismo e continuará sendo exercida pela maioria reacionária no Congresso e pelo próprio governo social-liberal, que já mostrou seu caráter de classe nos últimos quatro anos e agora tende a conceder ainda mais para buscar sua "governabilidade", já tendo afirmado compromisso em "respeitar o Congresso". **pág 2**

NOVEMBRO NEGRO: LUTAR CONTRA A REPRESSÃO POLICIAL E O POPULISMO PENAL pág 7

VITÓRIA DOS TRABALHADORES:
Pressão popular derruba escala 6x1 no senado por 75 votos a 1. **pág 4**

REFORMA ADMINISTRATIVA:
Aprofundamento de agenda liberal de ajuste fiscal é iniciado com o novo arcabouço fiscal. **pág 9**

HEGEMONIA PROLETÁRIA:
Os comunistas devem articular as forças revolucioárias em tornode tarefas comuns. **pág 12**

OUTROS NOVEMBROS VIRÃO:
38 anos da histórica greve de 1988 em Volta Redonda. **pág 6**

Editorial

Barrar o golpismo com o poder da mobilização, construir a oposição dos trabalhadores ao governo conciliador

O segundo turno das eleições gerais no Brasil marcou uma virada importante. Nunca antes na história da corrida presidencial um candidato que saiu em segundo lugar no primeiro turno conseguiu um movimento de virada no segundo turno. Dessas eleições, a classe trabalhadora poderá tirar uma lição principal: o poder da sua própria mobilização pode modificar radicalmente as correlações de forças. Desde o dia 4 de outubro, com o resultado que marcou 47,03% para Flávio Bolsonaro, representante da extrema-direita, contra 45,16% para Lula, da Frente Ampla de conciliação de classes, um movimento espontâneo e massivo nas redes e nas ruas se colocou como tarefa aos brasileiros para enfrentar o avanço da extrema-direita.



Foto: Franthesco Fioravanço/Jornal O Futuro

Mobilização dos trabalhadores marca a virada histórica

A transição do cenário de passividade, que marcou o primeiro turno, a um certo sentimento de desespero entre setores organizados e na base social que se referencia em tais setores frenteamplistas se refletiu no baixo nível de politização da campanha do segundo turno, que teve sua expressão máxima, por parte das direções petistas, na organização de grupos de mensagens instantâneas e produção de conteúdos para as redes sociais. Do ponto de vista das massas trabalhadoras, não foi uma campanha a favor do projeto da conciliação de classes, mas contra o bolsonarismo.

O aumento das mobilizações, iniciado por uma mobilização de estudantes da UFF, consolidou-se como resposta espontânea ao cenário adverso que se avizinha para os trabalhadores com o Congresso eleito e o recrudescimento da ofensiva burguesa sobre os direitos trabalhistas. Após um momento inicial de desorganização da campanha de Lula-Alckmin, as mobilizações espontâneas e, muitas vezes, organizadas de maneira independente, foram incorporadas como estratégia da campanha, atrelada ao uso massivo das redes sociais. Com uma disputa de protagonismo, a explosão dos atos de rua foi acompanhada por uma linha política difusa, desde pautas mais alinhadas a um programa proletário, como a defesa de uma educação e saúde 100% públicas, até pautas pequeno-burguesas, como a "unidade democrática" da direita e da esquerda contra o bolsonarismo. Essa realidade impõe uma dura consequência a ser enfrentada nas próximas batalhas: construir espaços reais de organização da classe e superar as debilidades da espontaneidade.

Os acenos do frenteamplismo à proposta de redução da maioridade penal, em pleno momento de ascensão do atos de rua, demonstraram as tentativas de nublar os interesses de classe a serem pautados, logo após uma importante vitória na aprovação da PEC do fim da escala 6x1 e da redução de jornada para 40 horas. Essa postura ambígua decorre da própria natureza da conciliação de classes, que busca vender os interesses da burguesia como se fossem do proletariado, e sustenta sua governabilidade nessas iniciativas e acordos com os interesses mais reacionários.

A proposta da redução da maioridade foi rechaçada pelos setores mais consequentes, mas serviu, ao mesmo tempo, também como um balão de ensaio de nomes centrais da direção petista que colocam em prática acordos parlamentares com o "Centrão", buscando disputar com os setores mais reacionários da burguesia os "frutos" de propor uma medida reacionária no bojo da aprovação da PEC da Segurança Pública. A suspensão momentânea da discussão, operada por Lula, longe de ser fruto do enterramento da pauta, representa uma das movimentações táticas que foi abandonada apenas temporariamente pela força demonstrada pelas ruas, mas que já retornou no próprio discurso de Lula depois da confirmação dos resultados.

Só a luta pode garantir nossos interesses

Em meio à luta contra o bolsonarismo, se colocava aos trabalhadores a necessidade premente de construção de uma frente única de confrontação à extrema-direita, que arrastasse, no imediato, abstenções e o processo de "viragem" de votos nulos/brancos na disputa eleitoral, mas com as nítidas limitações políticas e organizativas não superadas e que seguirão se colocando aos trabalhadores.

Parte significativa da virada no segundo turno decorreu da redução drástica nas abstenções frente ao primeiro turno, com quase 3 milhões a mais de eleitores. Isso implica que uma parcela considerável dos eleitores correram às urnas não por confiança no atual governo, mas pela rejeição consciente à política de ofensiva burguesa autoritária de Bolsonaro, que implicaria no "tesouraço" de direitos sociais, no aumento da repressão policial e na implementação do "trabalho por hora".

Porém, apesar de derrotarmos estes projetos pela maioria nas urnas, a ameaça que representam não desaparece com a derrota eleitoral da extrema-direita. A pressão por cortes e austeridade fiscal faz parte de uma ofensiva global do capitalismo e continuará sendo exercida pela maioria reacionária no Congresso e pelo próprio governo social-liberal, que já mostrou seu caráter de classe nos últimos quatro anos e agora tende a conceder ainda mais para buscar sua "governabilidade", já tendo afirmado compromisso em "respeitar o Congresso". Embora não se confunda com o programa de devastação social da extrema-direita, o governo Lula-Alckmin é incapaz de apresentar uma saída para essa ofensiva e, pelo próprio governo de conciliação de classes, que já mostrou seu caráter burguês nos últimos quatro anos, somente acaba impondo seus elementos em ritmo mais lento e de forma negociada. A manutenção das políticas de austeridade fiscal e do arcabouço governista dá continuidade a essa pressão por cortes e mantém em risco os pisos orçamentários da saúde e da educação.

Dessa forma, segue plenamente necessário construir a oposição da classe trabalhadora ao governo social-liberal, o que só pode ser feito sob um programa proletário. A continuidade da organização dos trabalhadores será tão mais efetiva e capaz de arrancar conquistas do governo quanto mais estiver ligada à um programa proletário e mais estiver distante daqueles que tentam submeter os trabalhadores a sustentar a "governabilidade" do programa social-liberal.

As eleições gerais foram marcadas por uma vitória avassaladora da extrema-direita nos principais pleitos majoritários e também nas eleições proporcionais. A social-democracia, com a sua vitória na disputa presidencial e pequenos avanços no número de parlamentares de PT-PCdoB-PV-PSOL, preserva a sua força no parlamento e mantém a sua posição como expressão da conciliação de classes ao nível institucional. Além disso, o Partido Liberal (PL) de Bolsonaro elegeu o maior número de governos estaduais (6), bem como 19 senadores das 54 vagas disputadas - elevando sua presença no Senado para 29 cadeiras do total de 81 - , e 121 deputados.

De certo, podemos esperar o aprofundamento dos ataques aos trabalhadores nesse cenário institucional. Seguirá em curso o processo de desregulamentação do trabalho e ataques ao serviço público, como a Reforma Administrativa, assim como as políticas econômicas do governo Lula-Alckmin, como o Novo Arcabouço Fiscal. Além disso, a correlação de forças desfavorável será, uma vez mais, motivo para que o novo governo faça ainda mais concessões à burguesia nacional e internacional, buscando frear qualquer avanço para sustentar sua governabilidade.

Não devemos, em qualquer medida, incentivar que os trabalhadores criem ilusões de que sua mobilização de massas sustente a governabilidade, já que a governabilidade, nos interesses do governo social-liberal, significa a "melhor" forma de aplicar a ofensiva burguesa, a forma mais estável para a burguesia e mais "apaziguada" com os trabalhadores. Qualquer tentativa de mobilização a favor de um governo burguês gerará apenas a frustração dos trabalhadores e a subordinação de sua atividade e consciência à política burguesa.

PCBR
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO

EDITORA-CHEFE: Stella Aragão
CHEFE DE REDAÇÃO: Gustavo Pedro
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Ana Vieira

CONSELHO EDITORIAL: Ana Vieira, Gabriel Lazzari, Gustavo Pedro, Jaqueline Tavares, Ju Sieg, Machado, Stella Aragão.

Leia também pela internet e acesse nossas redes:
jornalofuturo.com.br
@Jornal_OFuturo @PCBRnacional
@Jornal_OFuturo @PCBRnacional
@Jornal_OFuturo @PCBRnacional

Assine em apoia.se/jornalofuturo e receba o jornal em sua casa!

Lutar contra o golpismo da extrema-direita

Durante as votações, vimos uma ação coordenada da extrema-direita para impedir o direito de voto dos trabalhadores e construir uma crise política. Prefeitos e empresários do transporte reduziram frotas de transporte coletivo em mais de doze estados, ao mesmo tempo em que o ministro Cristiano Zanin do Supremo Tribunal Federal (STF) e Kassio Nunes Marques do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entraram em conflito acerca da prorrogação do horário de votação, levando a uma decisão, depois das 17h, na qual apenas algumas urnas permaneceram abertas pelo período estendido.

Falhando em evitar o comparecimento de novos eleitores às urnas, a extrema-direita agora aproveita da confusão criada para questionar o resultado das urnas, buscando desenvolver condições para uma nova aventura golpista e para justificar uma possível intervenção imperialista por parte dos Estados Unidos da América.

Após a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, a extrema-direita buscou organizar uma intentona golpista, culminando na fracassada tentativa de insurreição promovida no dia 8 de janeiro de 2023. Naquele momento, porém, os trabalhadores se viram completamente desarmados e desorganizados para promover uma luta ativa contra o golpismo. No período seguinte, o governo social-liberal e a maioria da esquerda delegaram a repressão ao golpismo ao STF, o que permitiu que este mesmo Bolsonarismo seguisse liderando a oposição burguesa ao governo e se apresentasse como alternativa eleitoral neste pleito.

Sem ilusões com a democracia burguesa ou com o próximo governo social-liberal, acreditamos que a extrema-direita e o imperialismo questionam o resultado das eleições apenas à medida que querem aplicar eles próprios, e sem ressalvas, o seu programa contra os trabalhadores. E, a única forma efetiva de enfrentar o seu programa é a organização e mobilização dos trabalhadores, sem quaisquer ilusões com as instituições burguesas.

A classe trabalhadora deu mostras de que é capaz de se organizar e de se mobilizar intensamente. Dessa forma, no próximo período trabalharemos para elevar a unidade e organização da classe trabalhadora, formando nas lutas nas ruas, nos locais de trabalho e moradia, nas escolas e universidades, todo tipo de unidade contra a extrema-direita e o imperialismo, mas sem nos subordinarmos ao discurso "democrático" abstrato da Frente Ampla. Se os social-liberais quiserem se somar a essas mobilizações, em vez de repetirem a tática de 2023, nos encontrarão nelas. A unidade que defendemos é a unidade dos trabalhadores em luta pelos seus próprios interesses, e para isso dedicaremos todos os nossos esforços. Mas não oferecemos nenhum apoio a um governo que vai governar também para o capital.

Organizar a luta dos trabalhadores e desenvolver a independência de classe

Não devemos ter nenhuma dúvida do que nos espera. As renovadas promessas de "participação popular" na continuidade do governo Lula-Alckmin serão frustradas novamente por seu vínculo indissociável com setores da burguesia nacional e internacional. Como nos últimos quatro anos, em que enfrentamos o governo nas tentativas de cortes ao BPC, ao orçamento da educação e da saúde pública, na imposição do Novo Arcabouço Fiscal, nos planos de privatização de rios e presídios, no populismo penal, seguiremos na batalha pela organização dos trabalhadores para a derrubada do capitalismo.

Frente a esse cenário, nos próximos quatro anos, quais as respostas que os trabalhadores podem dar para uma situação de mais ataques? Maior capacidade de organização política e programática, distinguindo os interesses de classe postos em disputa para corresponder em agitação e mobilização ao aprofundamento de ataques. Isso significa deslocar o esforço concentrado no segundo turno para a inserção nos setores estratégicos, amplificação do trabalho de agitação e propaganda por meio da imprensa proletária e organização da classe trabalhadora para enfrentar a burguesia e sua expressão mais reacionária, a extrema-direita.

Nas últimas semanas, acompanhamos a intensa mobilização de trabalhadores e estudantes empenhados em cumprir a tarefa de derrotar o bolsonarismo nas ruas. Nas grandes capitais, grandes manifestações foram organizadas ativamente; em cidades de pequeno e médio porte, as ruas foram inundadas com massas de jovens estudantes, trabalhadores, organizações e partidos políticos para mobilizar a população e alterar o rumo das eleições burguesas. Essas manifestações são apenas uma demonstração do que a classe trabalhadora organizada pode realizar. É necessário converter a espontaneidade das massas em ação consciente, para não só derrotar a extrema-direita, mas preparar-se para a tomada revolucionária do poder.

Internacional

Financiamento e pressão política dos Estados Unidos da América marcaram a disputa eleitoral do Brasil

Subida do tom do governo Trump e o apoio do braço tecnológico do Vale do Silício lançaram luz sobre as tentativas de interferência estrangeira nas eleições brasileiras

Por Eduardo Machado

Em 1º de outubro, Donald Trump afirmou acompanhar "muito de perto" a eleição brasileira. A declaração ocorreu em meio ao estreitamento de relações com Flávio Bolsonaro (PL), que, em março, apresentou o Brasil como solução para o acesso dos EUA às terras raras. Em carta de junho, o secretário de Estado Marco Rubio também registrou a oferta de Flávio de colocar uma equipe de transição à disposição de Washington caso fosse eleito.

No início do mesmo mês, a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu à Polícia Federal (PF) que apurasse uma possível interferência dos Estados Unidos nas eleições brasileiras. A solicitação ocorreu após o jornal britânico The Guardian revelar a concessão de US$ 1 milhão pelo Departamento de Estado ao projeto "Combate ao *Lawfare* e à Censura no Brasil", voltado a apoiar organizações contrárias à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). A PF, entretanto, não instaurou inquérito e arquivou o pedido, alegando, à época, a falta de indícios mínimos de ilícito ou de interferência eleitoral.

Entretanto, passado o período eleitoral e com o acúmulo de novas denúncias sobre manipulação algorítmica e de um suposto esquema de financiamento estrangeiro, por meio da Rockbridge Network – ligada ao Partido Republicano dos EUA –, ambos em favor da campanha de Flávio Bolsonaro, o ministro do STF Flávio Dino determinou, em 27 de outubro, que a Polícia Federal abra um inquérito de investigação sobre diversos casos apontados. A manipulação envolve plataformas como *Facebook*, *WhatApp* e *Instagram*, da Meta, e o X, enquanto a investigação do financiamento estrangeiro envolve também dois empresários brasileiros, Tallis Gomes e Pedro Sang, associados ao grupo conservador estadunidense associado ao Partido Republicano.

Os interesses econômicos dos Estados Unidos nas movimentações de pressão política aparecem em empreendimentos como o Projeto Caldeira, da australiana Meteoric Resources, no sul de Minas Gerais. Um memorando de 2024 com a canadense Ucore prevê o fornecimento futuro de pelo menos 3 mil toneladas anuais de terras raras para processamento nos EUA. A cadeia em negociação inclui a fabricante de ímãs Vulcan Elements, investida pelo fundo 1789 Capital, do qual Donald Trump Jr. é sócio. Essas articulações expressam a disputa entre capitais monopolistas, dos EUA e da China, por matérias-primas, mercados e oportunidades de investimento. A pressão de Washington sobre o Brasil integra essa concorrência, na qual os Estados atuam para assegurar as condições de expansão da atuação de seus grandes grupos econômicos.

Outros episódios repercutiram antes do primeiro turno. A Ascensus Global anunciou uma vaga de instrutor de português brasileiro para treinar militares e funcionários do governo estadunidense. Em 2 de outubro, os EUA suspenderam serviços consulares presenciais, alegando preocupações de segurança, e o FBI seguia monitorando ameaças às instalações estadunidenses; a Austrália, citando as orientações estadunidenses, também comunicou o fechamento de sua embaixada naquele dia.

Após o primeiro turno, mais de 100 organizações e especialistas de 25 países divulgaram uma carta denunciando violações das regras eleitorais por empresas de tecnologia. O documento citou anúncios financiados por contas estrangeiras, recomendações de candidatos por inteligência artificial e imagens falsas sem identificação de uso de IA.

Um levantamento do *NetLab*, laboratório da UFRJ, citado na carta, analisou 2.326 anúncios relacionados ao processo eleitoral nas plataformas da Meta. Nessa amostra, 68,1% atacavam instituições ou levantavam suspeitas sobre a condução das eleições.

Em 16 de outubro, a Folha revelou mensagens internas da Meta que registravam restrições ao impulsionamento de publicações de Lula e recomendações do perfil de Flávio no Instagram e de seu canal no *WhatsApp*. A empresa atribuiu os episódios a falhas técnicas e negou favorecimento político.

O controle privado dessas plataformas permite que decisões empresariais sobre circulação e alcance de informações afetem o debate político e a capacidade de disputa da classe trabalhadora. As denúncias colocam em discussão o poder desses grupos sobre os meios pelos quais milhões de trabalhadores se informam e se organizam.

A aproximação de Flávio (e sua família) com Washington ofereceu aos interesses estadunidenses um aliado na disputa pelo governo brasileiro. Essa relação encontra apoio em setores da burguesia brasileira associados ao capital estrangeiro, particularmente, o capital estadunidense. Por isso, a defesa dos recursos naturais, dos direitos e das liberdades de organização exige enfrentar também os interesses capitalistas que sustentam essa subordinação dentro do país.

Os trabalhadores podem e devem atuar ao lado de outros setores contra a ingerência estrangeira e a extrema-direita, desde que levantando alto a bandeira de sua independência política, o que nesse momento significa construir uma oposição ao governo Lula, precisamente por ser um governo que administra os interesses dos capitalistas brasileiros. Para os comunistas, cada luta deve ampliar essa capacidade de ação independente e fortalecer a construção de um partido revolucionário: uma organização capaz de unir os enfrentamentos cotidianos à luta pelo poder político dos trabalhadores e pela transformação socialista da sociedade.

Política

Fim da escala 6x1 é vitória dos trabalhadores

O Senado aprovou por 75 votos a 1 o fim da jornada de seis dias por um de descanso, sem redução de salário. A conquista só chegou ao plenário porque 78% da população a apoiaram e aumentaram a pressão popular por sua aprovação



Foto: Franthesco Fioravanço/Jornal O Futuro

O Senado aprovou no mês passado, em 14 de outubro, a Proposta de Emenda à Constituição 221/2019, que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Foram 75 votos a favor e um contrário em cada turno, tendo o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) como único voto contra; como o texto não sofreu alterações na Câmara, segue direto para promulgação, prevista para terça-feira (20). A emenda garante dois dias de descanso remunerado por semana — um deles preferencialmente aos domingos —, proíbe qualquer redução de salário, inclusive nos pisos, e alcança 26,8 milhões de trabalhadores: 22 milhões de formais, ou 54% dos assalariados com carteira assinada, e cerca de 4,8 milhões de informais, segundo o Dieese sobre a PNAD de 2025.

A vigência é escalonada, e é bom dizê-lo desde já: quem trabalha seis dias por semana não terá dois dias de folga na semana que vem. Sessenta dias após a promulgação, a escala 5x2 passa a valer e a jornada cai para 42 horas. Com a promulgação em 20 de outubro, as regras começam a vigorar em dezembro. Na forma como foi aprovada a proposta, o dia a mais de folga começa em dezembro e a redução para 40 horas virá apenas no fim de 2027.

Quem tentou barrar, e com que argumentos

A Câmara aprovou a PEC em 27 de maio, por 472 votos a 22. O texto chegou ao Senado no dia seguinte e ficou parado: só em 21 de agosto o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), o despachou para a Comissão de Constituição e Justiça. A CCJ aprovou em 2 de setembro; no dia seguinte, Alcolumbre anunciou que a votação em plenário ficaria para depois das eleições — foram 140 dias entre as duas votações. Não há mistério sobre o motivo: como mostramos na edição de outubro, foram setores empresariais que pressionaram pelo adiamento, e a própria Fiemg entregou aos senadores, em 6 de outubro, um documento recheado de críticas à tramitação da medida e aos impactos alegados aos seus interesses.

A ofensiva patronal não foi discreta. O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, criticou o caráter eleitoreiro da proposta e alertou que a conta não ficará restrita ao setor produtivo. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) previu mais informalidade e, nas palavras de Paulo Skaf, "impactos no funcionamento de setores essenciais, como saúde, educação, transporte, supermercados e químico" — chegando ao ponto de anunciar reflexos nas taxas de condomínio. Skaf disse ainda que um tema dessa magnitude exigia "debate profundo e fora do calendário eleitoral, sem o risco de se tornar uma 'PEC Boca de Urna'".

Os números mais catastrofistas vieram da Confederação Nacional da Indústria (CNI): uma alegada alta de até 267,2 bilhões de reais nos custos de produção, queda de 0,7% do PIB e aumento médio de 6,2% nos preços ao consumidor. "Lamentamos que a votação tenha sido feita sem mais debates com a sociedade brasileira", disse o presidente da entidade, Ricardo Alban, antes de pedir que "o Congresso Nacional possa abrir espaço para revisitar o tema". A CNI não estava apenas reclamando de uma derrota: estava anunciando que pretende desfazê-la.

Mas foi a Abrasel que produziu o argumento mais revelador. Para o presidente-executivo da associação de bares e restaurantes, Paulo Solmucci, o fim da 6x1 é um "potencial desastre socioeconômico", e o garçom sairia perdendo: "já pensou que vai ter 52 dias de gorjeta a menos no ano, e isso equivale a dois meses? O garçom não sabia disso". Vale ler a frase duas vezes: o que o representante dos patrões está dizendo é que o salário de quem serve à mesa não fecha em cinco dias de trabalho e depende de o trabalhador comparecer seis vezes por semana para que a diferença seja completada pela gorjeta do cliente. Solmucci ainda acrescentou que restaurantes de bairros mais ricos "vão tomar a cozinheira" dos mais pobres, o que hoje empurra trabalhadoras da alimentação para salários menores na periferia. E, sobre a votação, foi sincero: "Achei que no Senado a gente não fosse enfrentar isso."

A tramitação no Senado tornou cristalina a diferença de interesses entre a reivindicação popular e a resistência dos setores empresariais. Os próprios senadores da direita (dos liberais aos reacionários) se recusaram a discursar contra o fim da 6x1. O cenário conformado foi de um esvaziamento dos debates anteriores à sua aprovação, com apenas falas favoráveis de setores considerados progressistas e/ou da direita ligada ao governo. A popularidade da pauta e a pressão das bases surtiram efeito.

Contudo, a lista de contas que a burguesia tem a acertar no Congresso não se encerrou com a derrota do mês passado. Duas propostas de reforma administrativa tramitam na Câmara — a PEC 32/2020 e a PEC 38/2025, esta de autoria de parlamentares do PL —, e ambas miram vínculos, carreiras e regras de gestão do serviço público; a terceirização e a pejotização

seguem avançando sem depender de eleição nenhuma. E o Congresso que assume em 2027 não será mais amigável: o PL elegeu as maiores bancadas da próxima legislatura, com 121 deputados na Câmara e 19 novos senadores, passando, portanto, a 29 parlamentares na casa.

O que eles querem no lugar do descanso

Um dos possíveis caminhos dos representantes mais reacionários dessa demanda burguesa já está apontado para a próxima legislatura. A chamada "PEC das horas trabalhadas", do atual líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), flexibiliza a escala e permite o pagamento por hora trabalhada; a Abrasel, a Fiesp e a Associação Brasileira de Supermercados a defendem como alternativa à PEC aprovada — para Solmucci, nela "o profissional recebe conforme o número de horas que trabalha".

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), explicou o que isso significa: "Nós queremos as horas como alternativa ao trabalhador", disse, com a negociação direta entre "empregador e empregado, como é no MEI". No regime horista, o pagamento é calculado a partir do valor estabelecido para cada hora de trabalho. Se o empregador puder reduzir as horas oferecidas, o trabalhador poderá receber menos ao final do mês, mesmo sem ter escolhido trabalhar menos. A empresa ganha liberdade para ajustar o volume de trabalho às oscilações da produção e da demanda, enquanto o empregado passa a suportar a maior parte do negócio.

Quando os horários e a quantidade de horas dependem das necessidades empresariais, torna-se mais difícil planejar o orçamento familiar, conciliar o emprego com os estudos e garantir tempo para o descanso. A flexibilidade que interessa ao empregador pode significar, para o trabalhador, maior instabilidade de renda e de rotina. O destaque que a proposta ganhou em meio aos acordos que Flávio Bolsonaro buscava costurar em sua campanha derrotada é uma demonstração do compromisso dos setores mais reacionários do Congresso, que se fortaleceram para a próxima legislatura, com a burguesia na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores devem seguir rechaçando quaisquer tentativas de revisão de sua vitória arrancada nas lutas dos últimos anos, inclusive durante o novo governo de conciliação de classes.

O caminho que constrói nossas vitórias

Nada disso teria chegado ao plenário se dependesse do Congresso. Foi a pressão de fora que a desengavetou: em 30 de junho, o Dia Nacional de Mobilização pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada sem redução salarial levou trabalhadores a ruas e praças de diversas regiões do país, e novas jornadas se seguiram, com as centrais em Brasília.

É esse conjunto que explica o placar de 75 a 1. O apoio, diz o levantamento, ocorre tanto entre pessoas que trabalham na escala 6x1 quanto entre aquelas que não estão submetidas a esse modelo, e, para o presidente do instituto, Renato Meirelles, o problema central está "no tamanho da vida que sobra depois do trabalho".

Nenhuma reivindicação trabalhista das últimas duas décadas unificou tantos trabalhadores em torno de uma pauta ofensiva. Não se pedia apenas o bloqueio a um retrocesso, mas a pauta avançava em direitos. Também é preciso registrar o que isso significou no Senado: não foram as cúpulas que sustentaram a pauta — em vários momentos, as direções sindicais preferiram negociar prazo com o governo a ocupar as ruas —, e o resultado está aí, uma aprovação que poderia ter saído há meses e saiu no meio da campanha eleitoral, quando se tornou conveniente. Mesmo assim, a pressão, que passou por altos e baixos em decorrência da tática governista, não parou.

Devemos seguir atentos, pois a ameaça contra a redução da jornada conquistada segue de pé e eles já foram dadas diversas demonstrações de insatisfação da classe dominante com sua aprovação. O voto único de Mourão contra o fim da escala 6x1 e a redução da jornada mede a derrota do dia, não a do ano: votar a favor sob pressão popular em outubro e prometer a revisão em poucos meses é uma operação que o Congresso já mostrou saber fazer. Derrotar o bolsonarismo é parte dessa tarefa, porque é ele que se apresenta hoje como fiador da revanche patronal, mas nenhum governo burguês governa contra a sua classe, e ataques a direitos não têm dono exclusivo.

A vitória é real, é grande e é de quem lutou. Mas a vitória arrancada não é um fim em si mesma. A redução da jornada é mais um passo de avanço dos trabalhadores na luta de classes, em meio às batalhas que precisam avançar também na construção de acúmulos organizativos para a nossa classe. Defendemos o aprofundamento da pauta para a defesa das 30 horas semanais e da escala 4x3, buscando aglutinar todos os setores que ganharam melhores condições de trabalho e de vida ao se livrarem da 6x1 e setores do proletariado que já haviam conquistado reduções para 40h ou 36h. Todos os direitos trabalhistas foram arrancados pela pressão nas ruas e nos locais de trabalho, e é neles que serão defendidos.

Política

Flávio Bolsonaro foge do Brasil com apoio do governo Trump

A fuga, realizada dois dias após sua derrota nas eleições presidenciais, ocorre em um cenário em que o bolsonarista vem sendo investigado por crimes como lavagem de dinheiro e irregularidades no financiamento do filme "Dark Horse"



Flávio Bolsonaro e a bandeira dos EUA, em ato na praia de Copacabana.
Foto: Pedro Kirilos/Estadão/ Reprodução

Na manhã de 27 de outubro, o senador Flávio Bolsonaro fugiu do Brasil em direção aos EUA, com apoio logístico fornecido pelo governo Trump. A fuga, realizada dois dias após sua derrota nas eleições presidenciais, ocorre em um cenário em que o bolsonarista vem sendo investigado por crimes como lavagem de dinheiro, junto ao advogado Willer Tomaz, e irregularidades nas operações financeiras de financiamento do filme Dark Horse, em parceria com o banqueiro Daniel Vorcaro. A Polícia Federal pediu a apreensão dos passaportes de Flávio no dia anterior, sob alegação de risco de fuga no curso das investigações, porém os documentos não foram entregues.

O fato foi noticiado inicialmente pelo site argentino Infobae, que informou que funcionários do aeroporto de Puerto Iguazú, em Misiones, na Argentina, haviam avistado o candidato derrotado nas eleições brasileiras. A confirmação da fuga foi dada por Michelle Bolsonaro, que confirmou a aliados, ainda no início da tarde, que o enteado havia deixado o país. A afirmação do suporte logístico estrangeiro veio do advogado mexicano Simon Levy, ligado a Trump e Marco Rubio.

O avião privado em que o bolsonarista, sua mulher e filhas embarcariam tinha destino previsto para Fort Lauderdale, no Estado da Flórida, nos Estados Unidos. Entretanto, a aeronave apontada, um jato executivo Gulfstream G400, de matrícula LV-JQW, seguiu parada no local. Especula-se que o vazamento da informação falsa tenha sido utilizado, enquanto método, para despistar autoridades e a imprensa. O envolvimento de Marco Rubio, confirmado por pessoas próximas ao governo Trump, no apoio logístico levanta também a possibilidade de que alguma outra rota de fuga tenha sido utilizada e não apenas uma mera troca de aeronave.

EUA acobertam os golpistas brasileiros derrotados

Aos aliados, o senador sinalizou a solicitação de asilo político a Trump, para ele e sua família. Indicou também a intenção de liderar o bolsonarismo e a oposição reacionária ao governo Lula-Alckmin junto com seu irmão Eduardo Bolsonaro, que se encontra foragido da Justiça brasileira e também sob a proteção do governo estadunidense.

A lista de apoios políticos de Trump a golpistas brasileiros vem se avolumando desde a fracassada intentona golpista de 2023. Alexandre Ramagem, Paulo Figueiredo e Willer Tomaz são outros personagens de destaque do bolsonarismo que foram, na prática, acolhidos pelo governo Trump enquanto forma de fuga de seus crimes. Os dois primeiros foram condenados na esteira dos processos contra os golpistas de 8 de janeiro de 2023. O último segue com seus processos em curso, entre os quais o já citado que se relaciona a lavagem de dinheiro em parceria com Flávio.

Movimento Operário

Volta Redonda: 38 anos do dia que ousamos revidar

Os 38 anos que marcam o acontecimento mais marcante da história recente de Volta Redonda nos relembram que outros novembros virão. A crise do capital, os aparelhos repressivos do Estado e as opressões sempre darão motivos às novas lutas operárias.

Nota editorial: esse artigo foi originalmente publicado em 2023 no site ***emdefesadocomunismo.com.br.*** *O título, assim como outros trechos do texto que mencionam a data, foram atualizados. O restante do texto foi mantido integralmente como o original.*

"Que dos escombros dos velhos monumentos possam surgir novos, que não mais sejam uma homenagem aos operários mortos nos seus postos de trabalho ao reivindicar seus direitos, mas que sejam verdadeiros projetos de memória política das vitórias e da conquista do poder pelo proletariado."



Exército na Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) durante greve dos operários em 1988, Volta Redonda, RJ. Foto: AEL/Unicamp.

Por Diego Miranda e Stella

Ainda permanece, nos comunistas brasileiros, um resquício cristão de apologia da derrota. Comemorar mártires e lutas derrotadas como mera simplificação desse processo não é o nosso objetivo. Não relembramos a gigantesca Greve de 88 para celebrar a tragédia desse processo, mesmo que um belo monumento exista e sirva para nos relembrar que "nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie". Seguimos sob a bota da burguesia, nosso ódio e nosso sangue não se esquecem disso. Fomos brutalmente reprimidos, perseguidos, violentados e mortos.

Mas, 1988 foi quando ousamos revidar, a rebater, enfrentar e lutar. A greve econômica dos operários logo se tornou a greve política da cidade de Volta Redonda, no interior do Estado do Rio de Janeiro. As famílias, os bairros, todos lutavam para vencer. Há quem diga que essa foi uma experiência do Poder Popular, mas consideramos um certo exagero. Entretanto, não temos como negar o aspecto político generalizado que esse processo produziu na cidade. A luta contra o Estado e contra o exército incitava a necessidade do poder paralelo, da auto-organização, da solidariedade de classe e da insubordinação política.

Precisamos encarar esse processo a contrapelo e não assumir uma visão épica desse processo como muitas vezes são retratadas as grandes lutas proletárias e suas revoluções. No desejo honesto de retirar lições da luta proletária, se criam essas imagens fantásticas. Há uma dificuldade de diferenciar o essencial e o aparente, de perceber todas as determinações que produzem determinado cenário e contexto. Portanto, faremos um esforço de encontrar algumas determinações desse processo e dar maior concretude a essa história.

Volta Redonda permanece, ainda, como uma das cidades brasileiras com grande contingente de operários do Brasil, levando toda a organização da cidade pela lógica fabril. Em uma cidade de 260 mil habitantes, mais de 30 mil são operários ligados diretamente às estruturas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que foi planejada e criada pelo plano nacional desenvolvimentista e executada pelas mãos de trabalhadores e trabalhadoras que migraram para cá. A construção da usina marca a transição do pacto oligárquico para o pacto industrial e se faz como símbolo principal do projeto do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Sendo uma área estratégica para o projeto de desenvolvimento nacional, a cidade era uma das principais áreas de Segurança Nacional, instituída formalmente enquanto tal pelo Ato Institucional Número 3 (AI-3), em 1966, que aprofundou ainda mais o controle repressivo do governo ditatorial na cidade. Com a instauração da ditadura empresarial-militar, essas áreas ocupavam ainda maior centralidade no controle estatal, especialmente no processo de perseguição às organizações proletárias e forçando seu processo de desarticulação. Desde os anos 1960, o movimento operário ampliava seu processo organizativo através do Comando Geral dos Trabalhadores que foi brutalmente desarticulado pelo golpe empresarial-militar. Na cidade vizinha, a menos de 5 km da Usina, foi implantado o I Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), que servia tanto para controle dos movimentos revolucionários e religiosos da região, como para prática de crimes contra os direitos humanos no período da ditadura empresarial-militar. A permanência do BIB após a ditadura se fundamentava na garantia de proteção do patrimônio público representado pela CSN, mas é reforçada nos discursos de memórias operárias como instrumento fundamental para repressão das mobilizações proletárias.

Entretanto, mesmo no processo ditatorial, houve importantes greves no seu início, como a greve de Contagem (MG) em abril de 1968 contra o arrocho salarial, também desempenhada pelo setor metalúrgico; e a greve de Osasco (SP) em julho do mesmo ano, realizada pelos ferroviários contra a Companhia Brasileira de Material Ferroviário (COBRASMA). Em dezembro desse mesmo ano é consolidado o fechamento do regime pelo Ato Institucional Número 5 (AI-5), marcando o aprofundamento do derramamento de sangue de vários militantes e organizações operárias.

Os dez anos subsequentes, de 1968 a 1978, marcam o hiato das grandes greves no regime empresarial-militar. Entretanto, o cenário de arrocho salarial, carestia e repressão política tornava a vida dos trabalhadores muito difícil. Em 12 de maio de 1978 eclode a greve dos trabalhadores do setor automobilístico, começando na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo (SP). Esse processo vai se alastrar por várias fábricas na região do ABC Paulista, além de dar origem ao chamado novo sindicalismo. Essa conjuntura dará ânimo também para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) na década de 1980.

A partir de 1978 há uma retomada do movimento sindical e seu processo de reorganização que impactará diretamente o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (SMSF). Em 1983, a chapa liderada por Juarez Antunes, trabalhista do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ganha o sindicato e conduzirá inúmeras greves nesse período: a greve da Companhia Metalúrgica Barbará (CMB), hoje Saint-Gobain, em Barra Mansa no mesmo ano de 1983; a greve da CSN de 1984; a campanha salarial sem movimento grevista de 1985; eleição sindical, greve de 1º de outubro e a greve geral de 12 de dezembro de 1986 com a presença do exército; a greve geral que unia pauta econômica e política pelas Diretas e a greve da CMB em 1987; e a greve da Montreal em janeiro de 1988.

Em 1988, no processo de início da campanha salarial da CSN, são instituídas as Comissões de Fábrica em todos os setores da Usina. A greve é deflagrada, a fábrica ocupada, as forças armadas cercam a entrada da fábrica, há tanques. A cada minuto parada, a fábrica não produz, o lucro é estancado pelos operários. Nos arredores, os militares destroem o fusca do sindicato, algumas coisas são destruídas e a culpabilização é dos operários. Em 48h as forças armadas invadem a fábrica de forma truculenta, vários operários são feridos, mas três são mortos. A justificativa é que eles portavam armas, as imagens das ferramentas de autodefesa dos operários demonstram sua precariedade. O sangue é derramado em troca do lucro.

O dia 9 de novembro marca 38 anos do ápice da maior greve articulada na cidade, em que a luta sindical, com o apoio de setores organizados da classe trabalhadora da cidade, consegue transbordar a luta econômica e mobilizar imensas massas num intento que carregava consigo aspectos políticos essenciais para as demandas do período da redemocratização. Em 7 de novembro de 1988 deu-se o início da greve que, dois dias depois, encontraria na repressão e violência de um Estado em transição para o regime democrático burguês a resposta para as demandas populares num massacre que deixou três operários mortos e dezenas de feridos.

O monumento, feito por Oscar Niemeyer, levantado em memória de Walmir, William e Barroso não durou 24 horas até sofrer um atentado a bombas, oriundas das forças armadas, que o derrubou. Foi reerguido, mesmo em destroços para demonstrar a marca da luta operária no seio da cidade. Os anos subsequentes também demonstraram a força da

resposta do Estado em construção: mesmo que num processo de redemocratização, os interiores do Brasil que ousaram continuar as mobilizações a favor dos direitos da classe trabalhadora estariam diante dos mesmos processos e instrumentos de repressão. O "novo" estado adotava sua forma velada de classe, antes explícita na repressão militar, mas mantendo seu conteúdo burguês. Os direitos conquistados na constituição são concessões que a burguesia teve que ceder fruto do crescimento da luta operária. Essa mesma forma velada que leva à privatização da CSN e de várias outras estatais nos anos 1990.

A ideia de que existiu, em partes e momentos, o poder popular na cidade de Volta Redonda no final dos anos 1980 não é absurda. De fato, como diz Marco Aurélio Gandra, houve momentos em que a força das experiências das mobilizações da classe trabalhadora se traduziam em assembleias e espaços deliberativos que construíam as formas organizativas e marcam a história da cidade, como o discurso que coloca o sangue derramado dos trabalhadores como o mediador da barbárie que se instaurou em novembro de 1988. Entretanto, não é da inexperiência da própria situação que se subtrai uma pretensa inoperabilidade do horizonte político dos movimentos sociais somados ao sindicato; é da própria impossibilidade da organização do poder popular, em sua gênese, que concordamos na sua inexistência. Essa inexistência não significa, de nenhuma forma, que o processo que aqui se deu não se caracteriza profundamente em uma singularidade histórica, inclusive nos fornecendo fortes instrumentos de uso político da memória do movimento operário.

Os 38 anos que marcam o acontecimento mais marcante da história recente de Volta Redonda nos relembram que outros novembros virão. A crise do capital, os aparelhos repressivos do Estado e as opressões sempre darão motivos às novas lutas operárias. As lutas do movimento sindical e operário que desejarem levar a cabo uma verdadeira implementação do Poder Popular precisarão tomar ciência desses processos históricos para, então, realizar com preparo as ferramentas a serviço da classe trabalhadora e seus interesses. Mesmo que o atual quadro do movimento seja de baixa articulação, de apassivamento das direções sindicais e dificuldade de unidade nas lutas, os comunistas farão tudo ao seu alcance para desenvolver a luta de classes e, em cada espaço específico, construir a necessidade de lutar pelo socialismo e unificar todas as diversas lutas nesse sentido. Que dos escombros dos velhos monumentos possam surgir novos, que não mais sejam uma homenagem aos operários mortos nos seus postos de trabalho ao reivindicar seus direitos, mas que sejam verdadeiros projetos de memória política das vitórias e da conquista do poder pelo proletariado.

Política

Novembro Negro: lutar contra a repressão policial e o populismo penal

Ana Clara tinha 5 anos quando foi morta a tiros de fuzil por um policial militar, em Niterói. O policial que Flávio Bolsonaro defendeu não é exceção: é a regra de um Estado que transforma a morte de trabalhadores negros em política de segurança

Os trabalhadores brasileiros foram escandalizados nas últimas semanas ao descobrir a atuação judicial do candidato Flávio Bolsonaro em defesa de um cabo da Polícia Militar do Rio de Janeiro acusado de assassinar, com tiros de fuzil, Ana Clara, uma criança negra de 5 anos, em Niterói/RJ.

O homicídio ocorreu em plena luz do dia em 02/02/2021, e foi visto por mais de 20 moradores. A perícia ainda identificou que os tiros foram disparados pela arma do policial militar. Mas, ainda assim, Bolsonaro alegou, durante o debate nacional na Rede Globo, que estava convencido de que haveria um tiroteio com supostos "criminosos" e que o cabo seria inocente.

Apesar de evidentemente contraditória, a mentira repete um padrão racista fundado na narrativa ideológica de que o "combate ao crime" justificaria uma política constante de violência e terror militar contra os trabalhadores negros por parte do Estado burguês.

Segundo dados do Anuário produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a letalidade policial teve aumento de 5,4% em 2025, chegando a 6.602 vítimas da violência policial. No mesmo ano, o número de policiais vitimados caiu em 12,7% em comparação a 2024, chegando a 139. A ampla maioria dos mortos por violência policial são trabalhadores negros com menos de 30, e a taxa de mortalidade por intervenção policial é 3,5 vezes maior para negros do que para brancos.

Esses dados revelam que a atuação ostensiva das polícias militares no país produz um cenário particularmente letal para os trabalhadores negros, especialmente os que residem em territórios periféricos onde o Estado burguês trava conflitos diretos contra facções em nome da "guerra às drogas".

Essa situação de violência permanente é justificada pela burguesia e seus governos como a única forma de garantir a segurança dos trabalhadores e "combater o crime". Dessa forma, a cada insatisfação dos trabalhadores com sua segurança, propõe aumentar o número de policiais, armá-los melhor e aumentar as penas e a rigidez da legislação penal, aumentando penas e reduzindo a maioridade penal, com o objetivo de aumentar o encarceramento.

Lastreadas na ideologia do "populismo penal", que manipula o senso comum sobre a segurança pública, estas propostas só aumentam a violência contra os trabalhadores e permitem maior direcionamento do orçamento público para o bolso dos monopólios da burguesia que operam no setor, como indústrias e comerciantes de armas e fardamento e prestadores de serviço terceirizados a penitenciárias.

Populismo Penal: O populismo penal caracteriza-se pelo uso político do medo da criminalidade e das demandas por punição. Atua tanto "de cima", pela influência das classes dominantes e da mídia, quanto "de baixo", pela pressão popular por repressão.

Já denunciamos, na edição de novembro de 2024, que o aumento do número de policiais aumenta a violência nas periferias. Também é notável que não há qualquer relação entre o aumento da rigidez penal e a redução da criminalidade no Brasil. Estas falsas soluções, porém, seguem marcando o debate público e mantém, em todo o país, uma política racista e genocida de violência permanente contra os trabalhadores negros.

´Mesmo tendo uma das maiores populações carcerárias do mundo, com uma grande maioria de homens negros, todas estas propostas buscam aumentar o número de encarcerados como solução para a violência. Porém, estudos indicam que o próprio sistema prisional atua como um dos principais ambientes de fortalecimento e recrutamento de facções criminosas, o que reforça o crime organizado e vai na contramão das necessidades dos trabalhadores.

No segundo turno destas eleições, o debate sobre segurança pública foi pautado, por todos os candidatos, nos termos do populismo penal e na ideologia de aumento da violência e do encarceramento.

A extrema-direita bolsonarista, que possui laços conhecidos com milícias e forças policiais particularmente letais contra os trabalhadores, promoveu uma agenda particularmente reacionária, propondo o aumento de penas para crimes como furtos de celular, a redução da maioridade penal, e apresentando o objetivo de colaborar com os governadores para "acabar com o crime organizado", o que, se repetisse as operações realizadas por seus governos aliados, como Witzel no RJ e Tarcísio em SP, significaria uma política de extermínio contra os trabalhadores em territórios periféricos, sem qualquer impacto relevante contra as organizações criminosas.

Nessa medida, a participação de Flávio Bolsonaro como advogado na defesa do cabo que assassinou Ana Clara não foi um detalhe, mas a apresentação de uma mensagem política clara: Bolsonaro defenderá a impunidade completa das polícias militares para promover o massacre e assassinato de trabalhadores negros, até mesmo de crianças, em nome da "segurança pública".

Já a Frente Ampla protagonizada por Lula, reeleito, buscando utilizar o populismo penal para conquistar votos, também se comprometeu com a redução da maioridade penal para 16 anos para crimes hediondos. Essa proposta, que não aumenta em nada a segurança dos trabalhadores, tendo em vista que apenas 0,9% dos crimes hediondos são cometidos por menores de 18 anos, contribuiu para reforçar a ideologia punitivista e abriu espaço para que seu oponente elevasse o tom da discussão, propondo reduzir a maioridade para 16 anos para todos os crimes e 14 para crimes hediondos.

Nessa medida, os governos da Frente Ampla também promovem o massacre de trabalhadores negros. No governo Jerônimo Rodrigues (PT), a Bahia segue tendo a polícia militar que mais mata no país. Também o primeiro governo Lula, ainda em 2006, foi responsável por promover a Lei de Drogas, marco fundamental da guerra às drogas e uma das principais causas do aumento massivo no encarceramento nos últimos anos. Apesar de buscar esconder sua natureza burguesa atrás do véu da conciliação de classes, é inegável a participação direta da Frente Ampla na promoção de políticas de segurança racistas direcionadas contra os trabalhadores.

O dia 20 de novembro marca o Dia Nacional da Consciência Negra, que simboliza as raízes históricas de resistência e organização da população negra, e é comemorado anualmente pelo movimento negro e as organizações proletárias em atos e manifestações de luta contra o racismo.

Neste ano, milhões de trabalhadores negros saíram às ruas e trabalharam ativamente durante as eleições não para apoiar o atual governo, mas para derrotar Bolsonaro e todo o seu projeto reacionário. Porém, este mesmo projeto seguirá sendo apresentado pela maioria no Congresso e, como já vimos, contará com a colaboração do governo eleito.

Nesta medida, a única garantia de enterrar de vez a agenda o populismo penal é a luta organizada dos trabalhadores contra todas as políticas reacionárias da burguesia, contra a redução da maioridade da penal, o aumento do encarceramento e da violência policial, para que nenhuma outra criança tenha sua vida ceifada.

Este tom de luta deve marcar este Novembro Negro, com a apresentação de um programa dos trabalhadores para acabar com o genocídio da população negra, o que envolve, entre outras medidas, a descriminalização e legalização de todas as drogas, uma política ampla de desencarceramento, a reestruturação e desmilitarização de toda a segurança pública e a mais ampla participação popular em sua própria segurança.

Movimento Operário

Duas greves, dois desfechos judiciais: o que a Caixa e os Correios deixam como balanço

Pressão nas ruas e decisão no TST: as greves da Caixa e dos Correios arrancaram reajustes e evitaram o desconto dos dias parados, mas a reivindicação central sobre os planos de saúde ficou sem resposta. Restam duas lições: o que a mobilização conquistou e o que a judicialização barrou

As greves das trabalhadoras e dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal e dos Correios, iniciadas em setembro deste ano, terminaram por decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em comum, os dois movimentos foram considerados não abusivos, os dias parados não foram descontados e as categorias tiveram de retornar ao trabalho. Os desfechos, porém, também revelam limites importantes, pois, em ambas, reivindicações centrais relacionadas aos planos de saúde ficaram sem atendimento integral.



Registros das greves em São Paulo (SP) e Brasília (DF). Fotos: Jornal O Futuro

Caixa: mobilização alterou a negociação, mas o dissídio encerrou a greve

Na Caixa, a paralisação começou em 10 de setembro, após a rejeição da proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O Saúde Caixa ocupou o centro da disputa, com as trabalhadoras e os trabalhadores defendendo o fim do teto de 6,5% da folha para o custeio pela empresa e a retomada do modelo 70/30 - 70% de participação da Caixa e 30% das trabalhadoras e dos trabalhadores. Em São Paulo, 245 das 283 agências fecharam no primeiro dia, além de todos os grandes prédios administrativos.

Durante a greve, a Caixa apresentou novas condições. O teto de participação da empresa no custeio do plano passou de 6,5% para 8% e posteriormente para 9%. Mesmo assim, a proposta foi rejeitada em São Paulo por 68% dos votantes.

O resultado mostra que a mobilização modificou concretamente a negociação. A própria direção sindical afirmou que as alterações da Caixa ocorreram diante da força da greve. Ao mesmo tempo, a estratégia de aprofundar a paralisação e manter o Saúde Caixa dentro do ACT não chegou a produzir uma negociação final. Em 24 de setembro, a Caixa ajuizou dissídio e a disputa passou ao TST.

No julgamento de 29 de setembro, o TST considerou a greve não abusiva, determinou o retorno ao trabalho e fixou reajuste de INPC mais 0,6% para salários e benefícios, com vigência de dois anos. Os dias parados deverão ser compensados em até 180 dias.

No Saúde Caixa, entretanto, o tribunal manteve as regras do ACT anterior, inclusive o teto de 6,5% de participação da Caixa. O aumento para 9%, construído durante as negociações, não foi incorporado à sentença. A contribuição mensal do titular permanece em 3,5% da remuneração, enquanto o déficit segue submetido às regras anteriores, incluindo a possibilidade de cobranças extraordinárias às trabalhadoras e aos trabalhadores.

O balanço apresenta, assim, uma contradição, caracterizada pelo fato de que a greve pressionou a Caixa a modificar sucessivamente sua proposta, mas terminou sem alcançar a principal reivindicação sobre o financiamento do plano de saúde.

Correios: reajuste maior, mas mudança no plano de saúde

Nos Correios, a greve começou em 10 de setembro, depois que as assembleias rejeitaram a proposta apresentada pela empresa. O texto inicial previa um reajuste salarial de apenas 0,87% e alterações em direitos como a gratificação de férias de 70%, o pagamento de 200% pelo trabalho em dias de repouso e a condição dos Correios como mantenedora do plano de saúde.

A mobilização ganhou dimensão nacional e enfrentou medidas judiciais. O TST determinou inicialmente a manutenção de 80% do efetivo, considerando a essencialidade dos serviços postais e o período eleitoral. Durante a greve, a FENTECT realizou atos em Brasília e manteve a pressão pela preservação dos direitos. O Sintect-DF também registrou manifestações contra a reestruturação, o fechamento de unidades e as mudanças nas condições de trabalho.

Em 24 de setembro, o TST declarou a greve não abusiva, determinou o retorno ao trabalho e autorizou a compensação dos dias parados. O reajuste ficou em 4,09%, correspondente ao INPC do período, retroativo a agosto.

O principal ponto de tensão, porém, foi o plano de saúde. A decisão retirou dos Correios a condição de mantenedora, mantendo provisoriamente as condições existentes até a definição de um novo modelo. Em Brasília, as trabalhadoras e os trabalhadores decidiram em assembleia pelo encerramento da paralisação e retorno ao trabalho em 25 de setembro.

O resultado confirma parcialmente a perspectiva apresentada pelo *Jornal O Futuro* antes da greve. O material publicado em 9 de setembro apontava que a ameaça de paralisação já havia produzido um recuo da empresa na proposta salarial, mas advertia que esse recuo era parcial. A categoria saiu de uma oferta inicial de 0,87% para um reajuste de 4,09% - aumento de aproximadamente 370% da proposta original -, mas não preservou integralmente a reivindicação sobre o plano de saúde nem todas as condições defendidas durante a campanha.

O que dizem as experiências das duas categorias?

Os materiais produzidos pelo *Jornal O Futuro* antes e durante as greves colocavam no centro a capacidade de organização das trabalhadoras e dos trabalhadores e a necessidade de transformar a mobilização em força de negociação. Os sindicatos, por sua vez, enfatizaram resultados como a preservação de cláusulas, reajustes, reconhecimento da legitimidade dos movimentos e ausência de desconto dos dias parados.

Nas duas categorias, a greve demonstrou capacidade de pressionar as empresas. Na Caixa, a proposta patronal mudou durante a paralisação, chegando a prever 9% de participação no Saúde Caixa antes de o processo ser levado ao TST. Nos Correios, a oferta inicial de 0,87% terminou transformada em um reajuste de 4,09%.

Mas os dois movimentos também terminaram sem que suas principais reivindicações sobre os planos de saúde fossem integralmente atendidas. Na Caixa, permaneceu o teto de 6,5%. Nos Correios, a estatal deixou de ser formalmente a mantenedora do plano.

O balanço das greves de setembro, portanto, não se resume aos resultados imediatos das negociações. As paralisações demonstraram capacidade de mobilização, alteraram propostas e preservaram direitos que estavam sob disputa. Ao mesmo tempo, a judicialização dos conflitos trabalhistas estabeleceu limites aos avanços construídos nas mesas de negociação. Na Caixa, permanece aberta a disputa sobre o financiamento do Saúde Caixa e o déficit do plano. Nos Correios, o futuro do modelo de assistência à saúde e os efeitos da reestruturação seguem como questões centrais para as trabalhadoras e os trabalhadores.

A experiência das duas greves recoloca questões sobre a relação entre organização de base e direções sindicais, a capacidade de sustentar mobilizações nacionais, os limites da negociação coletiva e o peso da judicialização. O encerramento das paralisações deve ser compreendido também como um ponto de partida para transformar a experiência das greves em organização permanente nos locais de trabalho.

Como escreveu Vladimir Ilitch Lênin, no texto Sobre as greves, de 1899: "A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária."

Movimento Operário

Governo Lula retoma discussões sobre reforma administrativa

Apesar da derrota sofrida no final de 2025, a PEC 38/2025 continua viva e a luta dos trabalhadores contra a precarização dos serviços públicos e a lógica privatista não acabou

Passado o segundo turno da eleição presidencial, a equipe econômica do Governo Lula-Alckmin iniciou debates sobre o aprofundamento da agenda liberal de ajuste fiscal, iniciado com o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Dario Durigan, o atual Ministro da Fazenda, já teria iniciado diálogos para a organização de debates, junto a economistas liberais, sobre uma reforma administrativa que atingirá o funcionalismo público.

O movimento governista é encabeçado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), pelos ex-ministros Fernando Haddad (PT-SP) e por Simone Tebet (PSB-SP), e vai ao encontro de declarações de Hugo Motta (Republicanos-PB), dadas antes do pleito eleitoral e repercutidas pelo Valor Econômico (Grupo Globo), de que a medida estaria entre as prioridades do Congresso Nacional para o pós-eleição.

O histórico recente da pauta

Ao longo de 2025, tramitou na Câmara dos Deputados a PEC 38/2025, que trata da reforma administrativa, sob liderança do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e relatoria de Pedro Paulo (PSD-RJ). O projeto prevê uma série de medidas que precarizam os serviços públicos e caminham no sentido da privatização velada desses serviços. O foco principal são ataques aos direitos de milhões de servidores e servidoras das várias esferas da administração pública.

Como já noticiado no *Jornal O Futuro*, Motta vem buscando, com a pauta da reforma administrativa, uma marca política de seu mandato, como Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Maia (DEM-RJ) fizeram com a chamada "reforma tributária" e a contrarreforma da Previdência, respectivamente. O discurso oficial fala em combate a privilégios, mas na prática acaba afetando as condições de trabalho e os direitos de milhões de servidores que ganham, na sua imensa maioria, menos de R$ 4 mil reais.

O ponto de partida institucional foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT), com o objetivo de elaborar uma proposta de "aperfeiçoamento" da Administração Pública. A condução dos trabalhos do GT coube ao então deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), já a autoria formal do projeto apresentado envolveu a articulação de alguns deputados da extrema-direita, entre os quais Zé Trovão (PL-SC) e Marcel van Hattem (Novo-RS).

Em outubro de 2025 o projeto foi protocolado, mas enfrentou uma intensa mobilização de entidades sindicais e representativas dos servidores públicos. Ela culminou em um ato no dia 29 de outubro, a grande Marcha Unificada contra a Reforma Administrativa, que reuniu mais de 20 mil pessoas nas ruas do Distrito Federal, e outras milhares pelo país.

A força da mobilização surtiu efeitos imediatos e dezenas de deputados retiraram suas assinaturas da PEC. Embora essa retirada não fosse capaz de impedir o andamento do projeto uma vez que já havia sido protocolado, ele ficou paralisado aguardando despacho do Presidente da Câmara desde então.

O texto da PEC 38/2025 traz uma série de ataques a direitos históricos das carreiras do serviço público. São elencadas mudanças na organização das carreiras, na remuneração, na avaliação dos servidores e nos mecanismos de gestão e controle das despesas públicas. O projeto avança contra a estabilidade profissional, a valorização das carreiras e a oferta de serviços universais e de qualidade, direitos coletivos dos trabalhadores e da população brasileira.

A proposta prevê uma tabela remuneratória unificada para cada ente federativo, o que traz problemas diante da diversidade de carreiras, atribuições e responsabilidades existentes na Administração Pública. A uniformização desconsidera as especificidades dos diferentes Poderes, órgãos e entes federativos, cujas estruturas funcionais respondem a necessidades institucionais distintas. Em vez de promover equidade, a medida produz distorções remuneratórias e aprofunda desigualdades já existentes.

Quanto à estrutura das carreiras, a exigência de pelo menos vinte níveis e a limitação da remuneração inicial a 50% da remuneração final precarizam as posições de ingresso, sobretudo quando aplicadas sem considerar as especificidades de cada categoria. A regra tende a ampliar a distância entre o início e o final da trajetória funcional, tornando a valorização profissional excessivamente dependente da progressão hierárquica.

Além disso, a imposição de intervalos mínimos entre progressões pode prolongar a permanência em níveis remuneratórios inferiores. Esse modelo desvaloriza profissionais recém-ingressos, mesmo quando já possuem elevada qualificação e assumem responsabilidades relevantes.

A avaliação de desempenho é tratada como solução universal para dificuldades que frequentemente decorrem da falta de pessoal, da insuficiência de recursos materiais, de sistemas inadequados e da precariedade das condições de trabalho. Em serviços como saúde, educação, assistência social e justiça, os resultados dependem de equipes, infraestrutura, financiamento e fatores sociais que não estão sob controle individual do servidor.

Uma das previsões do texto é acabar com as progressões e adicionais que tenham como critério o tempo de serviço. Com isso, o servidor fica à mercê de metas e critérios avaliativos estabelecidos pelas chefias.

Indicadores quantitativos, metas rígidas ou avaliações pouco transparentes podem estimular comportamentos voltados ao cumprimento formal de números, sem que isso necessariamente melhore a qualidade do atendimento. Por isso, as entidades representativas reivindicam critérios objetivos, participação dos trabalhadores, possibilidade de recurso e consideração das condições concretas de exercício da função. Sem essas garantias, a avaliação opera como mecanismo de pressão, diferenciação salarial ou ameaça à estabilidade. Mesmo esses "critérios objetivos" são insuficientes, se não houver um controle direto, coletivo e democrático dos servidores sobre seu trabalho.

Estão previstas formas de contratação temporária e terceirização: "a termo" (por até 10 anos) e contratos temporários de até 5 anos. Trata-se de verdadeira precarização do serviço público, comprometendo sua continuidade e criando espaço para contratação de consultorias privadas que suprirão as lacunas que a alta rotatividade de servidores causará.

Esse cenário já é recorrente na estrutura administrativa brasileira, em que a falta de concursos públicos e a substituição de servidores estáveis por vínculos precários, como terceirizados e até estagiários, ocasionam interrupções constantes em trabalhos que demandam um ciclo de aprendizado, acompanhamento de informações e memória institucional. A reforma administrativa procura dar legitimidade e aprofundar essa lógica.

A crítica à PEC não se limita às possíveis perdas remuneratórias dos servidores, mas se estende aos efeitos sobre a capacidade de oferta de serviços básicos. O foco no controle de gastos compromete a qualidade dos serviços.

O cenário atual da luta

Diante do fim do primeiro turno das eleições, o cenário político-institucional, que já era ruim, se tornou ainda pior com a nova composição do Congresso Nacional. Os servidores também não podem nutrir ilusões com os governistas. Em vez de rechaçar por completo a Reforma, o governo reeleito buscará formas de negociar sua aprovação com a oposição reacionária e os liberais, que foram os criadores da proposta. Apostando em uma desoneração da folha do funcionalismo, a Reforma interessa ao governo Lula-Alckmin para cumprir as metas de seu Arcabouço Fiscal.

O histórico das mobilizações demonstra que é possível combater esse tipo de ataque. A grande mobilização do dia 29 de outubro de 2025 demonstra isso, quando constrangeu vários deputados a retirarem seu apoio formal à PEC. Outra prova da força popular na luta contra a reforma administrativa foi a derrota eleitoral do ex-deputado e relator do projeto, Pedro Paulo, que pleiteou uma vaga no Senado pelo Rio de Janeiro, mas não se elegeu.

Apenas a confiança na luta de massas pode nos trazer novas vitórias. Devemos seguir com agitação e com explicações, em todas as esferas do funcionalismo público, sobre os males dessa proposta. A luta independente de qualquer governo burguês é a única saída para derrotar a PEC.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:

Luta Teórica

O Futuro que a Revolução de Outubro criou

Não podemos jamais ver a Revolução Russa como "mais uma revolução" no século XX. Ela é A revolução. Não há antes da Revolução Russa e depois da queda da URSS qualquer experiência verdadeiramente duradoura de poder proletário.

Por Jaqueline Tavares

Há 109 anos, em 25 de outubro no calendário juliano, até então em uso na Rússia, mas no 7 de novembro do calendário gregoriano, estourava a Revolução Russa, um levante proletário sob a liderança do Partido Bolchevique e de Vladimir Lênin que mudaria a história de todo o século XX. Hoje, mais do que nunca, é necessário lembrar a relevância e o papel dessa revolução, que tem sido difamada por mentiras e minimizada por equívocos.

O mundo no qual estourou a Revolução Russa traz muitas semelhanças com o que habitamos. À época, assim como hoje, o capitalismo dominava o globo e avançava em seu período imperialista, com o conflito entre burguesias se escalando em direção à guerra total. Se hoje o mesmo se expressa em conflitos ainda localizados – na Ucrânia, no Oriente Médio e em regiões da África – em 1914, os trabalhadores do mundo viram estourar uma Guerra Mundial.

A posição dos bolcheviques, liderados por Lênin e principais agentes da Revolução de Outubro, era de recusa total ao conflito, pois entendiam que essa era uma guerra que só interessava à burguesia, que enriquecia e disputava territórios e recursos enquanto os trabalhadores morriam no front. O lema dos bolcheviques, "pão, paz e terra", defendia o combate à fome, a retirada da guerra e a mudança da propriedade de terra em um país de latifúndios de origem feudal, foia palavra-guia que permitiu, somada à ação política constante dos bolcheviques juntos aos trabalhadores, que os proletários tomassem o poder em 1917.

A Revolução Russa é um episódio complexo e fundamental da luta dos trabalhadores. Nosso esforço é, então, retomar o seu papel, seu legado e sua relevância, que têm sido minimizados e ocultados. O primeiro aspecto desse legado são as próprias transformações que ocorreram na União Soviética. A antiga Rússia czarista, que possuía um dos mais autoritários regimes, um altíssimo grau de desigualdade e um atraso tecnológico considerável quando comparado a outros países da Europa; passou por um dos maiores crescimentos econômicos da história, por uma redução brutal da desigualdade e por um avanço tecnológico que a levou ao espaço, que só ocorreu a partir da tomada do poder político pelos proletários liderados pelo partido bolchevique.

As dificuldades foram muitas: a Guerra Civil na década de 1920, os conflitos internos e expurgos nos anos 1930, o massacre conduzido pelos nazistas durante a guerra nos anos 1940. Ainda assim, a União Soviética chegou aos anos 1950 não apenas como uma potência, mas tendo conquistado direitos e condições de vida para os trabalhadores que só se espalhariam pelas sociedades capitalistas décadas depois.



Valentina Tereshkova, cosmonauta soviética, primeira mulher a ir ao espaço. Imagem: WikiCommons

A taxa de alfabetização saltou de 28,4% em 1897, durante o regime czarista, para 99% nos anos 1970. O acesso à saúde também cresceu; garantida como direito gratuito e universal, passou-se de 1,8 médicos para cada 10 mil habitantes em 1913 para 32,7 em 1975, um processo ligado também à expansão da educação e da formação de profissionais qualificados visando os interesses da população.

Outro setor em que a URSS foi pioneira foi no avanço dos direitos das mulheres. Já nos decretos de dezembro de 1917 e no Código da Família de 1918, o novo poder assegurou o casamento civil, o divórcio, a igualdade jurídica entre homens e mulheres e o fim da autoridade do marido sobre a esposa. O aborto foi legalizado já em 1920, proibido na década seguinte e legalizado novamente ao fim da guerra, nos anos 1950. Ainda que não possamos falar de uma igualdade absoluta, o avanço na conquista de direitos, na igualdade formal e no acesso a oportunidades foi muito maior do que em qualquer outro país na mesma época. A título de exemplo, na União Soviética, em 1963, 29% dos trabalhadores da engenharia (até hoje, uma área dominada por homens) eram mulheres; nos Estados Unidos, no mesmo período, menos de 2% dos engenheiros eram mulheres.

O legado bolchevique não se limita à URSS. No rastro da Revolução de Outubro, a humanidade viu uma série de revoluções na Europa e, nas décadas seguintes, em todo o globo, algumas reprimidas, algumas bem-sucedidas. Todas as grandes revoluções do século XX – a Chinesa, a Coreana, a Cubana, os levantes anticoloniais na África – foram fortemente influenciadas pela Revolução Russa.

Apesar das diferenças que podem ter surgido entre cada um desses levantes e a política bolchevique, é inegável que o período inaugurado pela Revolução Russa abriu a janela histórica que permitiu a construção dessas revoluções. Desde a prestação de ajuda direta da URSS aos revolucionários - o que é particularmente claro no caso cubano – até o sentido moral que uma revolução proletária bem sucedida trazia para os trabalhadores de todo o mundo, não podemos jamais ver a Revolução Russa como mais uma revolução no século XX. Ela é A revolução.

Nem antes da Revolução Russa e nem depois da queda da URSS surgiu qualquer experiência verdadeiramente duradoura de poder proletário. Com o fim da experiência soviética, as experiências socialistas previamente existentes começam a se degenerar e ceder à lógica do capital - primeiro a China, nos anos 1980, e agora Cuba, com os crescentes processos de privatização, fruto da constante pressão dos Estados Unidos sobre a ilha, como demonstra reportagem do *Jornal O Futuro* de agosto.

O impacto da URSS foi geral nas disputas políticas mesmo no mundo capitalista. Motivado, influenciado e fortalecido pela presença de regimes socialistas pelo mundo, o movimento operário se manteve ativo. A década de 1960 foi particularmente marcada por lutas por direitos civis, movimentos de estudantes, mulheres e trabalhadores de maneira geral. O "medo vermelho" pressionava as burguesias de todo o globo; em alguns lugares, isso levou à conquista de direitos; em outros, a repressão burguesa aos trabalhadores culminou na ascensão de regimes fortemente autoritários e repressivos, como no caso da América Latina, da Coreia do Sul e do Japão. Toda a história do século XX foi impactada pelo outubro de 1917 na Rússia.

Com o fim da URSS, o que tem ocorrido são diversas tentativas de apagar e distorcer essa história. Setores mais reacionários da burguesia fazem de tudo para ocultar os enormes avanços conquistados pela União Soviética, ao mesmo tempo que espalham mentiras tentando colocar o regime como o mais violento da história, comparando-o ao nazismo. À esquerda, narrativas aparentemente progressistas distorcem e minimizam o papel dessa revolução. Alguns fazem coro às narrativas de "totalitarismo" na URSS. Outros colocam-na em como mais uma revolução. Há aqueles que ainda a consideram importante, mas desconhecem ou distorcem os princípios que permitiram sua construção.

O que precisamos lembrar, neste outubro, é que muitos dos direitos que temos hoje como garantidos são legado do Futuro que a Revolução Russa gerou. Outra importante lição é que se queremos retomar a luta iniciada pelos operários em 1917, reconquistar o que perdemos e avançar ainda mais a posição dos proletários do mundo, só podemos fazê-lo compreendendo, realmente, sobre quais bases essa revolução aconteceu.

Internacional

Partidos comunistas e operários contra as guerras imperialistas

Resolução submetida pelo KKE ao 24º EIPCO:A luta dos povos trabalhadores se fortalecerá com uma linha independente, separada de todos os planos burgueses e imperialistas

Através desta **Resolução**, na ocasião do **24º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Operários em Havana,** de 7 a 9 de agosto de 2026, nós nos solidarizamos com Cuba e seu povo, honramos a memória e histórica contribuição do Comandante Fidel Castro Ruz, líder do Partido Comunista de Cuba e da Revolução Cubana, no centenário do seu nascimento comemorado neste ano. Nos solidarizamos e ficamos ao lado dos povos da Palestina, do Líbano e do Irã, assim como de todas as pessoas que enfrentam a barbárie do capitalismo, a exploração de classe, as sanções e restrições antidemocráticas sobre a atividade política e sindical e, em particular, as guerras e intervenções imperialistas.

A guerra que tem sido travada por cinco anos no território da Ucrânia, derramando sangue de dois povos que viveram e floresceram juntos por décadas construindo uma nova sociedade socialista e que, com armas nas mãos, lutaram e derrotaram o fascismo – que o capitalismo fomenta – , **é baseada na derrubada do socialismo e na dissolução da União Soviética.**

É uma guerra **travada dentro do arcabouço capitalista,** numa disputa por matérias-primas, energia, rotas de transporte de mercadorias, meios de produção, estabelecimento geopolítico etc.

É uma guerra **travada pelas classes burguesas:** a burguesia da Ucrânia com o apoio dos EUA-OTAN-UE por um lado, e a burguesia da Rússia, com envolvimento da China etc., por outro.

É uma guerra **usada** pelas classes burguesas **para distorcer a história e para atacar os movimentos comunista e operário e os reprimir**, tanto em Rússia e Ucrânia quanto em outros países.

É uma **guerra imperialista,** que pode se generalizar e levar outros países ao derramamento de sangue e ao **desastre em escala mundial** devido às armas nucleares.

Os trabalhadores **não podem colocar sua confiança em um "mundo multipolar"** que supostamente vai parar esta ou qualquer outra guerra imperialista, abrindo caminho para um mundo pacífico sem a necessidade da derrubada do capitalismo.

Os comunistas lutam contra a desorientação dos povos e desmascaram os pretextos usados por ambos os lados do conflito que fazem com que as pessoas tenham que escolher lados.

A **questão real** hoje não é se os monopólios estadunidenses ou europeus, apoiados pela OTAN, ou os russos e chineses vão prevalecer. A questão real é a escolha entre as pessoas, por um lado, e os monopólios, pelo outro; entre socialismo e barbárie. **A luta dos povos trabalhadores se fortalecerá com uma linha independente, separada de todos os planos burgueses e imperialistas.**

Nós conclamamos pela escalada da luta contra a guerra imperialista.

Nós lutamos **contra a velha ordem imperialista, como a OTAN e a União Europeia,** cujas decisões colocam lenha na fogueira da guerra, assim como contra as novas alianças que surgiram nos últimos anos.

Nós lutamos **contra as bases militares estrangeiras, sobretudo as dos EUA,** que têm se espalhado pelo mundo, **assim como lutamos contra o envio de armas e tropas e o envolvimento** de nossos países no conflito imperialista.

Nós rejeitamos as restrições de direitos sociais e trabalhistas em nome das preparações para a guerra e nos opomos ao aumento do gasto militar e ao crescimento do militarismo.

Nós apoiamos a luta dos povos contra os monopólios, as classes burguesas e as alianças imperialistas. Apoiamos a derrubada do capitalismo e a construção de uma nova sociedade socialista-comunista, que também significará o fim da exploração e das guerras.

Trabalhadores de todos os países, uni-vos!

Partidos da Solidnet signatários da Declaração de Solidariedade

Partido Argelino pela Democracia e Socialismo
Partido do Trabalho, Áustria
Partido Comunista do Azerbaijão
Partido Comunista da Grécia
Partido dos Trabalhadores da Irlanda
Movimento Socialista do Cazaquistão
Partido Comunista do México
Novo Partido Comunista da Holanda
Partido Comunista do Paquistão
Partido Comunista Palestino
Partido Comunista Paraguaio
Partido Comunista da Polônia
Partido Socialista Romeno
Partido Comunista da União Soviética
Partido Comunista dos Trabalhadores da Espanha
Partido Comunista da Suécia
Partido Comunista Suíço
Partido Comunista Sírio
Partido Comunista da Turquia
União dos Comunistas da Ucrânia
Partido Comunista da Venezuela

Outros partidos:

Partido Comunista Argentino
Novo Partido Comunista da Austrália
Partido Comunista dos Trabalhadores - Pela Paz e Socialismo (Finlândia)
Partido Comunista Revolucionário da França
Partido dos Comunistas Revolucionários, França
Partido Comunista (Alemanha)
Fronte Comunista (Itália)
Partido Comunista Russo (Internacionalistas)
Organização de Comunistas (Rússia)
Plataforma Comunista dos Trabalhadores dos Estados Unidos da América
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Cadernos de Juventude

52º Festival Odigitis: UJC participa de festival internacional da Juventude Comunista da Grécia em Atenas

Festival anual organizado pela KNE reúne juventude e trabalhadores, e neste ano recebeu delegações comunistas de todo o mundo

Entre 23 e 26 de setembro deste ano ocorreu o 52º Festival KNE-Odigitis, um dos maiores eventos políticos e culturais da Grécia, organizado pela Juventude Comunista da Grécia (KNE). A União da Juventude Comunista (UJC) se fez presente com uma delegação, com o objetivo de estreitar relações com organizações comunistas e proletárias, apresentando suas teses políticas e a sua análise da situação internacional.

Realizado anualmente entre junho e setembro em diversas cidades gregas, com a edição de encerramento em Atenas, o Festival reúne organizações de todo o mundo e produz um intercâmbio político-cultural gigantesco. A programação conta com a participação de centenas de artistas, feiras literárias, exposições, entre outras atividades culturais. Além disso, o Odigitis tem ampla participação de massas da juventude e da classe trabalhadora grega.

O evento demonstra a força da juventude do Partido Comunista da Grécia (KKE), que o organiza de forma independente e sem patrocínio de empresas ou órgãos estatais. Longe de ser um evento de impacto apenas nacional, o festival revela o nível de inserção do partido no seio da classe trabalhadora, da juventude e dos demais setores oprimidos e explorados da sociedade grega.

Sua programação contou com dezenas de discursos dos dirigentes do partido, atividades de agitação e propaganda, além de espaço para juventudes comunistas e operárias de todo o mundo organizarem estandes, e venderem seus materiais e órgãos de imprensa. O evento também contou com a presença de delegações de diversas organizações ao redor do mundo, que se reúnem para fortalecer laços de amizade e solidariedade, compartilhar ideias e análises da situação internacional e da crise do capitalismo. No total, em torno de 150 mil pessoas frequentaram o Festival durante seus quatro dias.

Em meio ao avanço do eurocomunismo e das teses reformistas, o KKE se destaca na defesa de uma perspectiva revolucionária. Após a desorganização do movimento comunista internacional, revisões do marxismo-leninismo, como a "coexistência pacífica", favoreceram concepções que substituíam a perspectiva revolucionária pela via eleitoral.

Nesse cenário, a dimensão do Festival KNE-Odigitis expressa décadas de atuação revolucionária e inserção sindical e estudantil do KKE. Sua experiência reafirma a atualidade do imperialismo como etapa do capitalismo e dos princípios de organização e métodos de trabalho da Internacional Comunista.

A experiência do Festival se torna uma referência para refletir sobre a atuação comunista no período atual, aprofundando o diálogo entre as organizações acerca das divergências teóricas, das aproximações no campo revolucionário e de seus métodos de trabalho. A participação da UJC permite aproximar os comunistas brasileiros de organizações proletárias de outros países, promovendo intercâmbio de experiências, aprendizado mútuo e debate franco sobre nossas divergências teóricas e políticas.

A UJC participou por meio de uma delegação organizada pela Comissão de Internacionalismo Proletário do Comitê Central do PCBR, com o objetivo de apresentar a análise do Partido sobre a conjuntura internacional e o aprofundamento das ofensivas imperialistas — expressas na invasão da Venezuela e do Irã, na intensificação do bloqueio a Cuba e na continuidade do genocídio na Palestina. Mais que elementos novos, essas ofensivas expressam uma correlação de forças internacional cada vez mais favorável ao capital.

A delegação compartilhou também as experiências da juventude comunista brasileira no movimento estudantil, especialmente na disputa da União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como experiências de organização e atuação da juventude no movimento proletário. Além disso, foram apresentadas a situação política brasileira e algumas das principais lutas da classe trabalhadora, como a redução da jornada de trabalho e o enfrentamento à política de austeridade fiscal.

As resoluções do XVII Congresso "entende[m] como legítima, necessária e produtiva a discussão internacional organizada a fim de avançar na unidade e no desenvolvimento ideológicos das organizações revolucionárias marxistas-leninistas e de superar os desvios [...] que ainda existem no Movimento Comunista"

Nesse sentido, a participação da UJC no Festival KNE-Odigitis se insere no esforço de reconstrução internacional do movimento comunista. O intercâmbio entre organizações revolucionárias é compreendido como instrumento para elevar a unidade, a formação política e a capacidade de intervenção dos comunistas diante dos desafios colocados pela luta de classes.

Luta Teórica

Para que serve a unidade da esquerda revolucionária?

O desafio dos comunistas é articular as forças revolucionárias em torno de tarefas comuns, preservar a clareza programática e avançar na luta pela hegemonia proletária.



No Ceará, Bloco Classista e Internacionalista no ato do 1° de maio de 2025. Foto: Jornal O Futuro

"Unidade" tornou-se uma palavra de ordem recorrente nos debates da esquerda revolucionária, ao mesmo tempo que surge como uma demanda crescente à medida que setores mais conscientes da classe trabalhadora reconhecem nas posições comunistas uma alternativa política e rompem com as ilusões no reformismo e no social-liberalismo. Entretanto, para que a unidade não se reduza a um mero *slogan* vazio, mas corresponda à necessidade concreta de unificar as lutas anticapitalistas e anti-imperialistas no Brasil, é preciso, antes de tudo, compreender o que ela significa, de fato, para o Partido Comunista.

Diante da fragmentação das forças revolucionárias, é natural que qualquer trabalhador consciente pergunte: "Se o objetivo último é o mesmo, por que essas forças não se unem?". Desse **justo** questionamento, surge a concepção equivocada de unidade como uma mera coligação eleitoral, sem critérios políticos e programáticos, colocando as divergências em segundo plano.

Essa concepção parte do equívoco de tratar a unidade simplesmente como uma questão de forma, sem enfrentar seu conteúdo político. Para os comunistas, a unidade não pode ser uma junção abstrata entre organizações, estabelecida sem critérios, programas ou objetivos definidos que escondam as distintas concepções de estratégia e tática envolvidas. Toda unidade concreta pressupõe a definição de seus propósitos, de seus limites e dos *interesses de classe* aos quais serve. Antes de assumir qualquer compromisso, é necessário perguntar: a que interesses esse compromisso atende? Quais objetivos pretende alcançar? E, sobretudo, em que medida contribui para elevar a capacidade de organização, a consciência e a luta independente do proletariado?

O Partido Comunista, enquanto destacamento de vanguarda da classe operária, tem como estratégia a revolução proletária, a conquista do poder político e a construção do socialismo-comunismo. Por isso, deve avaliar suas alianças conforme as condições concretas da luta de classes e sua contribuição para esse objetivo.

Na luta pelo fim da escala 6x1, o camarada Gabriel Lazzari, Secretário-Geral do PCBR, demonstra em *Tática parlamentarista e luta de massas na batalha pela jornada de trabalho* (*Jornal O Futuro*, n. 22, maio/2026), entre janeiro e maio de 2025, PCBR, PSTU, CST, MRT, OCI e Revolução Socialista (PSOL) articularam esforços em torno de uma tática comum, antes do governo Lula capturar a pauta para fins eleitorais, subordinando-a à via exclusivamente parlamentar.

O PCBR defende a redução da jornada para 30 horas semanais, na escala 4x3, enquanto outras organizações da articulação reivindicavam 36 horas. Essa divergência não impediu a ação comum, pois havia acordo quanto ao método: a luta independente das massas, em oposição à confiança exclusiva no parlamento e nas negociações de gabinete. A unidade não apagava as diferenças, mas coordenava esforços em favor da luta proletária, *sem renunciar ao nosso programa comunista.*

Esse exemplo demonstra a fórmula simples — mas ideologicamente precisa — de "*golpear juntos, mas marchar separados*", que Lênin já formulava em *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1905). No curso da luta, os comunistas não podem permitir que suas posições sejam apagadas pelos compromissos que precisam assumir. Sua política deve se orientar pela conquista da hegemonia proletária, isto é, pela capacidade de a classe trabalhadora afirmar sua independência, dirigir as lutas e conduzi-las até as últimas consequências. Essa hegemonia não se conquista pela recusa abstrata de toda aproximação com outras forças, e menos ainda pela subordinação aos interesses e vacilações delas. Conquista-se na própria luta, demonstrando, na prática, a superioridade da política proletária e a capacidade dos comunistas de oferecer uma orientação consequente às massas.

A questão é distinguir aqueles compromissos que favorecem a luta revolucionária daqueles que subordinam os trabalhadores aos seus adversários de classe. Se o sectarismo usa as divergências para justificar o isolamento, o oportunismo usa a unidade para abandonar princípios. Combater o primeiro não significa capitular ao segundo: defender a unidade exige preservar a independência política e a luta ideológica sem renunciar à ação comum. A firmeza nos princípios se mostra na capacidade de fazer alianças sem perder de vista os objetivos estratégicos.

Essa compreensão, por exemplo, orientou nossa defesa de uma candidatura socialista unificada nas eleições de 2026, não para simplesmente "ter mais votos", mas para apresentar um programa de reivindicações proletárias e uma alternativa unitária dos trabalhadores que superasse a falseada polarização entre a extrema-direita e o social-liberalismo. Para isso, não bastava uma coligação eleitoral: era necessário discutir o programa, delimitar os compromissos possíveis e construir uma plataforma capaz de unificar a esquerda revolucionária em torno de bandeiras comuns.

Diante dessa proposta, Sued Carvalho (UP), no artigo A UP *não é partido de aluguel* publicado no jornal A *Verdade* ainda em 2025, expôs a posição da UP à época, que a classificava como uma renúncia ao programa de cada partido, confundindo duas coisas distintas: o programa próprio de uma organização e a plataforma acordada para uma intervenção comum. Construir uma plataforma não exige abandonar o programa partidário. Exige definir quais reivindicações podem ser defendidas conjuntamente, mantendo aberto o debate político. A postura não só da UP, mas também das demais organizações frente a essa proposta, prejudicou a apresentação de uma alternativa dos trabalhadores diante da falsa polarização das frações burguesas que disputaram as eleições deste ano.

No entanto, as eleições passaram. Novas lutas virão, e em boa parte delas será necessária uma forte unidade de ação dos revolucionários, construída pelo debate programático aberto acerca da luta de classes no Brasil, que exponha as diferentes concepções e soluções. Nas resoluções do nosso XVII Congresso defendemos a construção de uma Frente Anticapitalista e Anti-Imperialistas que seja capaz de articular as lutas do proletariado brasileiro. Essa frente deve servir para coordenar forças na defesa dos interesses dos trabalhadores, o que na atual conjuntura significa organizar uma oposição dos trabalhadores ao atual governo de conciliação de classes, para fortalecer a luta revolucionária do proletariado, contribuindo para elevar seu grau de consciência e organização.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente

Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

PCBR
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO